



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

franca.sp.leg.br



AUTÓGRAFO LEI N° 7926/2025

Projeto de Lei nº 72/2025

Autoria: Marília Martins

Institui o Programa Municipal de Atenção à Saúde da População LGBTI+ no município de Franca, com ações de promoção, prevenção, cuidado, recuperação da saúde e capacitação continuada de profissionais da saúde, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Orgânica do Município,

A P R O V A

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do município de Franca, o Programa Municipal de Atenção à Saúde da População LGBTI+, com a finalidade de garantir acesso igualitário, atendimento humanizado e cuidado integral à saúde física, sexual, mental e social da população LGBTI+, no sistema de saúde do município.

§ 1º O Programa será de interesse público municipal e sua implementação deverá ser observada por todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, bem como pelas instituições privadas envolvidas por meio de convênios ou parcerias.

§ 2º O Programa observará as diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral LGBT e estará alinhado a princípios dos direitos humanos reconhecidos nacional e internacionalmente.

Art. 2º O Programa será desenvolvido com base nos seguintes objetivos:

- I- Promover o cuidado integral à saúde da população LGBTI+;
- II- Ampliar o acesso à saúde por meio de ações informativas, educativas e de acolhimento;
- III- Garantir o atendimento digno e humanizado em toda a rede



pública de saúde;

IV- Qualificar a rede de serviços do SUS para o cuidado integral dessa população;

V- Sistematizar e produzir dados sobre o acesso e o atendimento LGBTI+ na rede pública de saúde;

VI- Desenvolver campanhas de conscientização e prevenção de doenças, especialmente ISTs;

VII- Fomentar pesquisas sobre a saúde sexual da população LGBTI+, com enfoque em suas necessidades específicas;

VIII- Valorizar ações que promovam inclusão social, equidade e respeito à diversidade.

Art. 3º Fica criado, como eixo estruturante do Programa, o módulo de capacitação anual de profissionais da saúde, com foco especial no cuidado integral à saúde de pessoas LGBTI+.

§ 1º Os profissionais da saúde poderão se cadastrar em sistema de apoio e formação contínua, instituído pelo órgão municipal competente.

§ 2º A capacitação incluirá conteúdos técnicos, éticos e humanitários, com orientações sobre o atendimento adequado, a abordagem respeitosa, a comunicação inclusiva e o fornecimento de informações relevantes às pacientes e seus familiares.

§ 3º O programa também terá como objetivo fortalecer o papel dos profissionais de saúde como agentes de transformação social e combate ao preconceito.

Art. 4º O Programa garantirá à população LGBTI+, de forma contínua e ininterrupta, o acesso aos seguintes serviços:

I- Exames de rotina e atendimento clínico;

II- Acompanhamento médico e fornecimento de medicamentos, incluindo PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) e PEP (Profilaxia Pós-Exposição);

III- Atenção psicossocial e acompanhamento em saúde mental;

IV- Atendimento em saúde bucal;

V- Ações educativas alinhadas ao calendário do Ministério da Saúde e do Estado.



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

franca.sp.leg.br



Art. 5º Para execução do Programa, poderão ser realizadas, dentre outras, as seguintes ações:

- I- Firmar convênios com a União, Municípios, instituições públicas e privadas;
- II- Celebrar contratos ou parcerias para prestação de serviços técnicos e especializados;
- III- Executar ações específicas voltadas para a assistência à saúde sexual da pessoa LGBTI+;
- IV- Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa para desenvolvimento de estudos e capacitações;
- V- Implementar sistemas digitais de acompanhamento, registro e avaliação das ações do Programa.

Art. 6º As ações e medidas do Programa deverão estar em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), os Princípios de Yogyakarta e demais tratados e convenções internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro.

Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei, no que couber, para a sua implementação.

Art. 8º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCA, 08 de julho de 2025.

DANIEL BASSI
Presidente

WALKER BOMBEIRO DA LIBRAS
Vice-presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

franca.sp.leg.br



LINDSAY CARDOSO

1ª Secretária

MARCELO TIDY

2º Secretário